

Letícia Valesca Trevisan

Análise do discurso dos pareceres do MEC a respeito da obra Caçadas de Pedrinho: o discurso oficial e a legitimidade da literatura

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciatura em letras- espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS.

Orientador: Eric Duarte Ferreira

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

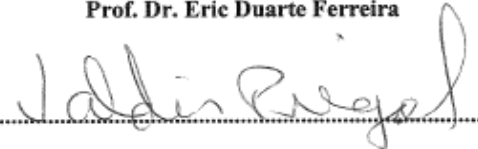
10/12/2015

Banca examinadora




.....

Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira



.....

Prof. Dr. Valdir Prigol



.....

Prof. Dr. Santo Gabriel Vaccaro

Análise do discurso dos pareceres do MEC a respeito da obra *Caçadas de Pedrinho*: o discurso oficial e a legitimidade da literatura¹

Letícia Valesca Trevisan²

Lety_valesca@hotmail.com

RESUMO: Neste trabalho, investigamos o problema da denúncia de racismo na obra literária de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, considerando o discurso do Parecer MEC/CNE/CEB Nº 15/2010, aprovado em 01/09/2010, e sua posterior retificação, apresentada na forma do Parecer CNE/CEB Nº 06/2011, aprovado em 01/06/2011. Nosso objetivo foi analisar a questão dos estereótipos racistas da obra *Caçadas de Pedrinho*, que seriam alvos da denúncia contida nos pareceres, a fim de compreender as relações entre literatura e ideologia, considerando a representação do negro na obra de Monteiro Lobato *Caçadas de Pedrinho*, clássico da literatura infantil. Com o estudo, concluímos que o aparecimento da denúncia de racismo, repercutida pelos veículos midiáticos, faz repercutir a obra de Monteiro Lobato como uma representação do social comprometida com a realidade da época em que a obra se inscreveu em um tempo outro.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Estereótipos racistas. Literatura. Monteiro Lobato.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar o problema da denúncia de racismo na obra literária de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, considerando o discurso do Parecer MEC/CNE/CEB Nº 15/2010, aprovado em 01/09/2010, e sua posterior retificação, apresentada na forma do Parecer CNE/CEB Nº 06/2011, aprovado em 01/06/2011. A denúncia foi apresentada na Ouvidoria da Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência (SEPPIR/PR), por Antônio Gomes da Costa Neto, brasileiro, Técnico em Gestão Educacional da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, e objetiva fazer com que essa Secretaria determine a não utilização da obra *Caçadas de Pedrinho*, sob o argumento de que as escolas não devem usar material didático ou qualquer material que contenha expressões de racismo.

A crítica feita pelo requerente é diretamente sobre o livro, principalmente em relação à personagem feminina negra (Tia Nastácia) e aos personagens animais, que fazem referência à estereotipia do negro. Por isso, serão identificados na obra os estereótipos racistas que seriam alvos desta denúncia, a exemplo do segue, encontrado na obra de Lobato (1933, p.13): “É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém nem tia Nastácia, que tem carne preta. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bípedes do sítio, exceto os de pena”.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientado pelo Prof. Dr. Eric Duarte Ferreira

² Acadêmica da 8ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó.

O requerente faz a denúncia e não indica nenhum fragmento que seria estereótipo racista. Assim, pretende-se investigar o problema da denúncia de racismo na obra literária de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, considerando o discurso dos pareceres e a formação discursiva do problema da denúncia, a partir da análise de discurso. Para isso, identificamos na obra os estereótipos racistas que seriam alvos da denúncia do Parecer MEC/CNE/CEB Nº 15/2010, documento que questiona o uso da obra em ambiente pedagógico, analisando como se formula o discurso desses estereótipos, com base nos pressupostos teóricos da análise de discurso de linha francesa, a fim de compreender as relações entre literatura e ideologia (determinações de sentido ligadas a ações políticas, econômicas e sociais), considerando a figura do negro na obra.

A obra teve origem no livro *a Caçada da Onça*, escrita em 1924 por Monteiro Lobato, autor da literatura infantil que mais tarde resolveu ampliar a história, chegando às livrarias em 1933 com novo nome *Caçadas de Pedrinho*, contendo doze capítulos. A obra conta uma descoberta de Rabicó, que havia uma onça rondando as proximidades do Sítio do Picapau Amarelo, então Pedrinho e Narizinho decidem organizar uma caravana para caçar a fera, mas sem falar nada para Dona Benta e nem a tia Nastácia, que ficariam doidas com a ideia. Durante a caça, eles encontraram um rinoceronte falante e o levaram para morar no sítio.

Neste estudo, procuramos examinar o discurso oficial dos pareceres e a controvérsia gerada pelas interpretações desses documentos, a respeito da obra *Caçadas de Pedrinho*. A ênfase no estudo da análise de discurso de linha Francesa justifica-se por sua grande importância para a compreensão das relações entre literatura e ideologia.

1 Aspectos iniciais: análise de discurso “literário”

No domínio mais específico das abordagens do texto literário, existem muitas correntes que exercem certas influências, seja nas práticas de leitura ou na relação entre a obra e o horizonte social. A abordagem voltada para a relação entre obra e horizonte social requer todos os tipos de práticas de leitura. Segundo Maingueneau (2012, p. 36) “o sentido da obra não é estável nem fechado em si mesmo, sendo construído na separação entre posições de autor e receptor”.

Especialistas da área recusam a conceber a obra como universo fechado, e consideram as obras como o produto de um trabalho no intertexto. A preocupação de sair da imanência do texto literário se exprime na sociocrítica dos anos 1970 defendida por Duchet (1979, p. 4). A

sociocrítica pretende apartar-se tanto de uma poética dos restos, que decanta o social, e de uma política dos conteúdos, que despreza a textualidade [...]. O campo assim aberto é o de uma sociologia da escritura, coletiva e individual, bem como de uma poética da sociabilidade. O objetivo era só pensar na sociabilidade do texto literário através de todos os elementos que o constituem.

O discurso literário não se concebe como uma leitura entre outras, elas se distribuem de acordo com as múltiplas leituras que a obra autoriza. Segundo Maingueneau (2012, p. 38):

Uma noção de "discurso literário" é, na verdade, plena de pressupostos, implicando em particular dois elementos que contrariam a *doxa* (palavra grega que não passa de uma crença ingênua, a ser superada a um verdadeiro conhecimento) prevalecente entre os especialistas em literatura.

Para Maingueneau (2012, p. 38), o primeiro destes elementos "é que a literatura não se beneficia de um regime de extraterritorialidade, a análise do discurso não está reservada em textos considerados comuns". A análise do discurso explora as múltiplas dimensões da discursividade, buscando precisamente explicar a um só tempo a unidade e a inflexível diversidade das manifestações do discurso. O segundo elemento é, em contrapartida, o recurso da investigação: "os avanços alcançados em matérias de gêneros do discurso, levam a postular que a ordem do discurso passa despercebida e é obrigatória para toda compreensão do fato literário" (MAINGUENEAU, 2012, p. 39). A noção de discurso é de difícil operação para Maingueneau (2012, p. 39):

Ela de certo modo atua em dois planos, de um lado, possui certos valores clássicos em linguística e, de outro lado, é possível de um uso pouco controlado, na qualidade de palavra-chave de uma certa concepção de língua. Desse modo quando se fala em discurso literário, promove-se a convergência de algumas forças que imprimem uma dada inflexão a nossa abordagem da literatura. Para simplificar, pode-se dizer que "discurso" e "pragmática" cada qual em sua ordem, são noções solidárias: uma do lado do objeto e, a outra do lado dos modos de apreensão desse objeto.

O discurso, sobretudo supõe uma organização transfrástica, uma forma de ação, interatividade, orientação, contextualização, assumidos por um sujeito, regido por normas e é considerado no âmbito do interdiscurso. Nesse sentido, Maingueneau (2012, p. 60-1) descreve que:

O discurso literário não é isolado, ainda que tenha sua especificidade: ele participa de um plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes (são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade, sendo em verdade os garantes de múltiplos gêneros do discurso), categoria que permite melhor apreender as relações entre literatura e filosofia [...].

2 A imagem do negro na literatura infantil

A partir da década de 1920, com as transformações experimentadas no campo cultural e na produção cultural destinada ao público infantil, busca-se falar do país remetendo sua

identidade, escrevendo para a criança na sua linguagem, sobre seu povo, suas raízes raciais e culturais (GOUVÊA, 2005, p.84). A literatura infantil do período dialogava com as diversas representações construídas sobre a questão racial, claro que não só a literatura infantil, mas toda a produção cultural relacionava-se com as representações sociais existentes. Na década de 1920 o aparecimento do negro era fortemente marcado nas narrativas. O aparecimento do negro reflete uma mentalidade dominante voltada para as ideias de progresso e civilização, procurando-se afastar dos grandes centros os grupos populares, o negro era percebido como ultrapassado, ignorante e calcado na ideia de progresso. Assim descreve Gouvêa (2005, p.84): “a figura do negro, com seu corpo, suas práticas e suas histórias constituiria a presença incomoda da antiga ordem de um país escravocrata, incompatível com o projeto de um país civilizado”.

Para a professora Gouvêa (idem), o personagem negro surgia revestido de uma estereotipia que se repete basicamente em todos os textos. Ele vinha reafirmar sua identidade, suas histórias, práticas religiosas e valores, mas para uma sociedade que dizia ser moderna, essas contribuições não foram aceitas e enxergavam o negro como ignorante, de universo rural e passado. A partir da década de 1920 se torna maciça a presença do negro na produção literária de vários autores, mas é interessante observar que Monteiro Lobato era um dos principais. Como exemplo, temos a personagem feminina e negra Tia Nastácia da obra *Caçadas de Pedrinho*.

Lobato (1937, p.31) descreve “Tia Nastácia como sendo do povo. Tudo que o povo sabe e vai contando de um para o outro ela deve saber. Estou com ideia de espremer Tia Nastácia para tirar o leite de folclore que há nela, afirma Pedrinho”. Já Emília diz: “essas histórias são grosseiras e bárbaras, coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto”. Devemos levar em consideração como as crianças poderiam interpretar uma história contada a partir de um livro ou de forma oral, por uma pessoa que escutou o assunto do povo e montou a sua versão. Segundo Lajolo (1998, p.2):

Quando Tia Nastácia assume a posição de contadora de histórias, a relação de forças entre ela e sua audiência (a mesma das histórias de Dona Benta) é completamente outra. Tia Nastácia transfere para o lugar de contadora de histórias a inferioridade sócia cultural da posição de (doméstica) que ocupa no grupo e, além disso, (ou por causa disso), por contar histórias que vem da tradição oral não desempenha função de mediadora da cultura escrita, ficando sua posição subalternada a de seus ouvintes, consumidores exigentes da cultura escrita.

Diante de toda situação Tia Nastácia acaba perdendo o posto de contar histórias e reassume o seu lugar de cozinheira. Então, Dona Benta assume a contação de histórias, por ser

uma pessoa que sabe ler e com auxílio de seus livros é que vai contar histórias de verdade. Para Lajolo (1998, p.5), “a diferença de recepção pode talvez ser atribuída ao fato de que as histórias que ambas contam tenham origem semelhantes, a relação de cada uma destas narradoras com o material narrado é diferente: Dona Benta é usuária desta cultura, mas conhecedora dela: conhece-a de livro e não de berço”. Já a cultura da negra é totalmente diferente (analfabeta).

Gouvêa (2005, p.88) cita fortes características referentes ao negro, “enquanto o branco tinha cabeça, o negro carapinha, o branco tinha cabelo e o negro pixaim, o branco possuía lábios e o negro beijo [...]”. Estas diferenças entre o negro e o branco são desqualificadoras, pois os dois são iguais e nas narrativas são representados com característica corporais diferentes e distintas. É interessante observar que Monteiro Lobato faz este tipo de referência ao negro em várias de suas obras.

3 O universo ideológico de Monteiro Lobato

Os estereótipos raciais estão muito presentes nas obras infantis de Monteiro Lobato, que acabam gerando diferentes interpretações para cada leitor. A obra *Caçadas de Pedrinho* possibilita ao leitor a não ver como um defeito a questão racial, mas como algo explicativo em suas narrativas, pois foi escrita em uma época rica de debates sobre reformas educacionais e sociais. Com muita simplicidade ele desenvolveu uma linguagem para crianças muito popular. Lobato era o protótipo do intelectual brasileiro avançado da época, homem de elite preocupado com os problemas do povo (VASCONCELLOS, 1982).

Podemos salientar que as concepções evolucionistas se manifestam na obra e a revolução de 30 foi uma transformação radical para a sociedade, período em que as condições para o desenvolvimento capitalista foram mais favoráveis do que em 1870; é nessa direção que Lobato trabalha, e por isso que encontramos nas obras vestígios e ideias desacreditadas e pessimistas. Segundo Vasconcellos (1982, p. 111), “embora haja traços racistas na obra infantil de Lobato, não são argumentos raciais os invocados para justificar a desconfiança no povo”.

Quando Lobato escreveu suas obras, adotou estratégias realistas, como aponta Vasconcellos (1982, p. 125): “não pode enganar as crianças, por exemplo, fazendo o bem sempre, vencer, ou apresentando todos os vultos históricos como heróis bem sucedidos”.

Lobato escreveu com essa visão de que a criança deve refletir sobre esses aspectos raciais e até mesmo do comportamento em relação ao adulto.

Ele também procura mostrar fortemente a questão ideológica sobre a sociedade, levando em consideração o comportamento entre a criança e o adulto, pois ele apresenta uma possibilidade de raciocínio sobre os fatos apresentados em suas narrativas. Em *Caçadas de Pedrinho*, por exemplo, as crianças agem escondidas, sobretudo, porque confiam mais na própria iniciativa que no auxílio adulto.

4 Estereótipos racistas

A seguir, serão elencados alguns dos estereótipos retirados da obra *Caçadas de Pedrinho*, que seriam alvo da denúncia de Antônio Gomes da Costa Neto, elaborada com o intuito de vetar materiais que apresentem características raciais.

(1) “É guerra e das boas não vai escapar ninguém nem Tia Nastácia, que tem carnepreta” (LOBATO, 1933, p. 12).

Na passagem em (1) todos estavam reunidos na assembleia debaixo da jabuticabeira grande, porque eles haviam matado a onça e todos os bichos iriam acabar com a vida deles, e não iria escapar ninguém, nem Tia Nastácia, a qual é diferente dos outros personagens, e por ser preta até os bichos iriam rejeitar.

(2) “Ai é que foi a dificuldade. A pobre negra era ainda mais desajeitada do Rabicó e Dona Benta somados” (LOBATO 1933, p. 16).

No trecho citado em (2) sabemos que Rabicó é um porco, animal marcado por viver em um espaço sujo, estar sempre fedendo e cheio de lama. Portanto, percebemos a comparação da Tia Nastácia com um animal.

(3) “E Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem umamacaca de carvão pelo mastro de São Pedro” (LOBATO 1933, p. 19).

Na citação (3) mais uma vez ela é comparada a um animal, que fica pulando de galho em galho, e que supostamente é de cor preta como Tia Nastácia. Percebemos na obra que todas as vezes que o autor se refere à Tia Nastácia, faz referência à cor preta ou negra, muitas vezes antecedendo com um adjetivo “pobre” e bobo ou comparando-a com animais.

(4) “Não é boi Nastácia, é ri-no-ce-ron-te emendou Dona Benta. – Para mim é boiinsistiu a negra, não sei dizer esse nome tão comprido” (LOBATO 1933, p. 20).

O excerto (4) é mais uma marca referida ao negro, burro e ignorante, por não saber pronunciar a palavra corretamente, isto pode ser fruto da discriminação de acesso do negro à educação, enigma este combatido nos tempos atuais devido às promoções de leis de incentivo e acesso de todos os seres a uma educação de qualidade.

5 Análise dos Pareceres

Em 2010, a obra *Caçadas de Pedrinho* foi acusada de conter estereótipos raciais pelo Conselho Nacional de Educação, que recomendou que o livro não fosse distribuído pelo governo no âmbito escolar. Posteriormente, a relatora dos pareceres voltou atrás e decidiu que o professor responsável é quem deveria ser capaz de dar explicações sobre o preconceito. Na época em que o livro foi escrito, por volta de 1924, racismo não era considerado crime, mas hoje vigora a lei 1390/51, que pune qualquer ato racista, mais conhecida como Lei Afonso Arinos. Em 1989, foi criada a Lei 7716/89 mais conhecida como “Lei Caó”, proposta por Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, essa determinava a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa, ou seja, hoje, para qualquer prática de racismo, há punição, como pode ser observado no texto da Lei Nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.

O parecer foi protocolado em junho de 2010 no CNE, mediante denúncia de autoria do Sr. Antônio Gomes da Costa Neto. O mesmo encaminha a denúncia para que a Secretaria do Estado da Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar qualquer material ou forma de expressão que contenha expressões de prática de racismo cultural, institucional ou individual no âmbito escolar.

Diante da denúncia, as colocações instadas pelo solicitante faz se necessárias para pensar sobre o veto da obra, pois ao analisarmos a obra, vamos encontrar vários trechos carregados de estereótipos racistas, isto não quer dizer que as histórias devam ser esquecidas, mas deve-se pensar em histórias que valorizam a sociedade Brasileira entre eles, o negro, sendo que *Caçadas de Pedrinho*, ao ser lida por uma criança negra, poderá ser interpretada de forma negativa, por ser uma criança e fazer uma leitura superficial, sem muito conhecimento do escritor e da época, pois o negro é visto como um ser “desvalorizado” na obra, mas por detrás disso, este ser é fruto de uma representação comprometida com a realidade racial da época do autor.

Todas as obras que se encontram no âmbito escolar, sejam no nível fundamental, médio ou superior são avaliadas por especialistas de maneira cuidadosa, possivelmente os especialistas que avaliaram essa obra são conhecedores e sabem da importância que ela tem no meio escolar, e sabem que os leitores de hoje precisam saber o que aconteceu no passado, porque o objetivo é apresentar aspectos da realidade de uma determinada obra. Sabemos que não de forma tão grosseira, Lobato consegue passar de maneira agradável tudo isto para seus leitores. As pessoas são livres para criticar ou denunciar qualquer ato que venha à prejudicar a sociedade, sendo está denuncia de interesse para Antônio, pois ele é afastado para estudos de mestrado na sua área de atuação, por interesse da Administração da Secretaria do Estado da Educação do Distrito Federal (BRASIL, 2010).

A partir da sequência discursiva do Parecer, percebe-se o sujeito denunciante como um cidadão inteligente, de muita eficiência, a começar pela sua formação, técnico em gestão educacional, trabalha na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, afastando-se do trabalho para realizar mestrado na área de Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e juventude, na linha de pesquisa Educação das Relações Raciais. Essas credenciais do denunciante desenham uma imagem de legitimidade. Sua denúncia é lida considerando-se esse lugar de enunciação, a partir do qual advém seu status. A UnB, assim como o cargo do denunciante (Técnico em Gestão Educacional da Secretaria do Estado da Educação do Distrito Federal), também aparece no início do Parecer e compõem o lugar institucional de sua denúncia. O sujeito “denunciante” acaba construindo no leitor uma imagem de status:

De acordo com o Sr. Antônio Gomes Costa Neto, a sua denúncia baseia-se em análise da obra tão somente em relação à temática das relações étnico-raciais na escola, que se constitui na sua área de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, já citado neste relatório (BRASIL, 2010, p.2).

A respeito do conceito de status, para Foucault (2010, p. 56) ele deveria envolver as relações de poder e saber:

[...] quem fala? Quem no conjunto de todos os sujeitos falantes tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que tem – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?

O status do denunciante delinea uma modalidade enunciativa para sua denúncia, a qual é marcada por uma vontade de verdade prestigiada, a acadêmica. Contudo, percebe-se ainda uma fundamentação teórica muito forte que consiste na denúncia:

A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância antirracista na escola superando a adoção de que obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas (BRASIL, 2010, p.2).

De acordo com o excerto acima, no ano de 1988 acontecia no país o marco que definiria o Brasil como, novamente, um país democrático. No dia 5 de outubro era promulgada a Constituição Federal, que tinha como objetivo garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que desde o período anterior haviam sido suspensos pelos governos no período da ditadura. Também conhecida como a Constituição Cidadã, ela foi a oitava na história do Brasil desde que este passou pela independência, e foi elaborada por 558 constituintes durante um período de 20 meses. Então o voto da relatora diante do 1º Parecer é sutil, não afirma categoricamente um posicionamento prático, como “vetar” a obra, pois a escrita da obra é da época de Lobato e essa vagueza permitiu diferentes interpretações.

A partir da leitura do Parecer n. 6 vemos a exposição do “mal-entendido”, (BRASIL, 2011, p.1-2):

No dia 1º de setembro de 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou, por unanimidade dos presentes, o Parecer CNE/CEB nº 15/2010. O referido Parecer gerou significativa polêmica nos diversos órgãos de imprensa e nas redes sociais, bem como entre os especialistas, especialmente nos meios educacional e literário. Muitos entenderam tratar-se de veto à obra literária de Monteiro Lobato, embora o Conselho Nacional de Educação tenha esclarecido, em

nota oficial e em artigo, que esse não era o teor do Parecer aprovado pela Câmara de Educação Básica. Por outro lado, outros entenderam perfeitamente a proposta [...].

Esse mal-entendido aponta para diferentes opiniões especializadas sobre o tema, como o Parecer n.6 procura esclarecer. A polêmica gerada resultou de más interpretações sobre o teor do Parecer anterior, como adverte Porciúncula (2014, p.11):

O documento foi divulgado nos meios de comunicação e como resultado, provocou a manifestação de diferentes vozes sociais a respeito do seu teor. Logo, formou-se uma polêmica em torno da questão devido às diferentes interpretações tanto do objetivo do Parecer quanto do próprio pensamento racial de Lobato.

Apesar de o primeiro parecer não objetivar vetar a obra de Monteiro Lobato, a polêmica sobre um possível veto se alastrou muito em notícias, sites e outros meios para possuir um maior número de leitores contra, e o que circulava era somente a utilização dos verbos banir, vetar e censurar. Em contraponto, Nilma procurou comprovar que este não seria o único entendimento. O Voto da Relatora no Parecer n. 6 mostra como foi interpretado pela mídia o primeiro parecer, quando ela afirma: “Uma sociedade democrática deve proteger o direito de liberdade de expressão e, nesse sentido, não cabe veto à circulação de nenhuma obra literária e artística”. O direito à liberdade de expressão foi trazido à cena, para esclarecer que o Parecer n. 15 (primeiro parecer) não foi antidemocrático. Essa questão é tão crucial que a discussão foi parar no Supremo Tribunal Federal. O motivo foi o de que o Parecer n. 15 exige nota técnica ou explicativa:

c) caso algumas das obras selecionadas pelos especialistas, e que compõem o acervo do PNBE, ainda apresentem preconceitos e estereótipos, tais como aqueles que foram denunciados pelo Sr. Antônio Gomes Costa Neto e pela Ouvidoria da SEPPIR, a Coordenação-Geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC deverão **exigir da editora responsável pela publicação a inserção no texto de apresentação de uma nota explicativa e de esclarecimentos ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura.** Esta providência deverá ser solicitada em relação ao livro *Caçadas de Pedrinho* e deverá ser extensiva a todas as obras literárias que se encontrem em situação semelhante (BRASIL, 2010, p. 5, grifos nossos).

Já o Parecer n. 6 (segundo) discordava, colocando que “recomenda-se” as notas explicativas, não sendo obrigado a sua utilização, sendo assim, houve várias interpretações diferentes, gerando polêmicas em relação às notas, pois de “exigir” para “recomendar” há uma interrupção de significado e o próprio “veto”, e para análise de discurso a simples troca da palavra provoca uma mudança de sentido, pois exigir é uma ordem fechada e recomendar não tem força alguma, podendo assim ter obras com notas e obras sem notas.

c) caso algumas das obras selecionadas pelos especialistas e que componham tanto o acervo do PNBE quanto outros formados pelas escolas públicas e privadas, ainda apresentem preconceitos e estereótipos, tais como aqueles relatados na denúncia encaminhada pela Ouvidoria da SEPPIR ao CNE, **recomenda-se à editora responsável pela publicação a inserção, no texto de apresentação das novas edições, de contextualização crítica do autor e da obra, a fim de informar o leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutem a presença de estereótipos na literatura, entre eles os raciais.** Essa providência recomendada em relação ao livro Caçadas de Pedrinho deverá ser extensiva a todas as obras literárias que se encontrem em situação semelhante (BRASIL, 2011, p. 6-7, grifos nossos).

O problema da sugestão de nota explicativa é porque seria uma tutoria dos sentidos produzidos pelo texto, por considerá-lo racista. Em uma entrevista sobre esses elementos, Lajolo (2012) afirma que Lobato é um dos objetos mais queridos de suas pesquisas, e essa questão bem atual do racismo e do preconceito na obra de Lobato é uma oportunidade rara de se discutir literatura. De acordo com suas colocações, Lobato não insufla racismo, em termos sérios, em um país que está se queixando de que há poucos leitores e de que as pessoas leem mal. Precisaria formar melhor os professores, porque um professor bem formado é capaz de ler qualquer obra e analisar a mesma. As notas explicativas são contraproducentes, elas surgem como maneira de tolher a capacidade de interpretação do leitor, sendo quase uma ofensa dizer que sem as notas explicativas o leitor não vai ser capaz de entender ou vai entender errado.

Lajolo é uma das grandes pesquisadoras de Lobato, que não concorda com a sugestão de que o livro precisa informar o leitor, com notas de rodapé. Diferentemente dela, Frei David (2012), em entrevista, defende a tese de que o livro deve circular com notas explicativas na sua introdução. Sua categoria (Igreja) defende este assunto com o argumento da contribuição para o bem da sociedade e para esta ficar em harmonia com um novo Brasil, que deve respeitar a diversidade. O Frei complementa que no tempo de Lobato o negro era considerado um ser inferior.

Então, para muitos as notas explicativas devem ser colocadas no livro para melhorar a interpretação da obra de Monteiro Lobato, para outros, as notas prejudicariam a capacidade de interpretação autônoma do leitor.

As ponderações feitas pelo denunciante, Antônio, enquanto cidadão e pesquisador da área em “Relações Raciais”, devem ser consideradas. A obra apresenta Tia Nastácia sendo relacionada a animais e sendo chamada de negra “Ai é que foi a dificuldade. A pobre negra era ainda mais desajeitada do Rabicó e Dona Benta somados” (LOBATO 1933, p.16). O leitor desavisado pode se deparar com essa passagem e achar o autor racista. Contudo, convém lembrar que Lobato escreveu em outra época. Se a obra inclui o contexto histórico e social vivido pelo autor, a temática racial deve ser lida nessa esteira. E este é o papel fundamental da escola, não descontextualizar os trechos problemáticos da obra *Caçadas de Pedrinho*, a fim de tornar o leitor capaz de fazer ligações com leituras já existentes em sua bagagem e não ser subalterno. São necessárias as referências da época, pois a literatura não é purificada.

A literatura molda e é moldada pelos conhecimentos e culturas de uma comunidade. Querer a purificação de “obras literárias” é desconsiderar valores históricos. O texto literário apresenta ficção e procura representar a realidade a partir da subjetividade. Monteiro Lobato apresenta todos esses elementos em sua obra, e essa deve ser compreendida em sua historicidade.

6 Considerações Finais

A obra *Caçadas de Pedrinho* tem grande importância no cenário infantil, pelo fato de estimular as crianças a desenvolverem competências distintas de interpretações, conhecimentos de diferentes linguagens, conhecerem o passado, demonstrado pelo cenário e pelos personagens da obra. Desde a sua criação as obras de Monteiro Lobato vem sendo muito repercutidas, seja no âmbito escolar, no meio literário, seriados de televisão, peças de teatro entre outros.

Com a falência da editora Companhia Gráfica, Monteiro Lobato começou escrever livros infantis, para atender uma nova categoria de leitores. Com isso suas obras começam a ganhar a preferência das crianças, então o Governo adquire grande parte de seus livros para distribuir gratuitamente. Posteriormente, em 1952, sua obra foi adaptada pela primeira vez para ser transmitida em um canal de televisão na forma de seriado com nome de Sítio do Picapau Amarelo.

Ao ler o livro *Caçadas de Pedrinho* as crianças entram no mundo da imaginação, pois ao verem os personagens decidir as coisas sozinhas, entrar em aventuras, viver na casa da vovó elas sentem prazer em apreciar a obra e viver a vida dos personagens. Para os adultos ler a obra é voltar ao passado, relembrar as brincadeiras do tempo de criança e suas próprias histórias.

Analisando-se os estereótipos raciais presentes na obra, inferimos que Monteiro Lobato não escreveu de maneira anacrônica, ou seja, sua escrita é composta pelas realidades da época em que vivia. Ao contrário dos argumentos defendidos pelo denunciante, Lobato não parece discriminar o negro, especialmente em *Caçadas de Pedrinho*. Conforme lembra Lajolo (2012), ao final, essa obra, alvo da polêmica, não deixa dúvidas a respeito desse posicionamento, quando Tia Nastácia esclarece: “[...] Tenha paciência dizia a boa criatura. Agora chegou minha vez. Negro também é gente, sinhá...” (LOBATO, 1933, p.49).

Referências

DOS SANTOS, David Raimundo. Racismo em Monteiro Lobato. São Paulo, UNIVESP TV, 28 set.2012. Entrevista a Ederson Graneto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=muwOuMwkeOI>>. Acesso: 10 de novembro de 2015

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 221 p. L' Archéologie du Savoir.

GOUVÊA, Maria Cristiana Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, p.79-89, 2005.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em monteiro lobato. *Lobatonegros, Unicamp*, p.1-9, 1998.

LAJOLO, Marisa. Racismo em Monteiro Lobato. São Paulo, UNIVESP TV, 20 set.2012. Entrevista a Ederson Graneto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fn1mlfq7Kls>> Acesso: 10 de novembro de 2015

LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. Vol. III, [s/d]. Digitalização e Revisão de Arlindo San. Disponível em:<http://www.miniweb.com.br/cantinho/infantil/38/Estorias_miniweb/lobato/Vol3_Cacadas-de_Pedrinho.pdf>. Acesso: 03de novembro de 2015.

LOBATO, Monteiro. Histórias de Tia Nastácia. Ed. Brasiliense: São Paulo. 6ª. ed. 1957 p.30.

Lei Nº 7.716. Presidência da República: casa civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 329 p.

Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 15/2010**. Aprovado em 1 set. 2010.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6702&Itemid=>>. Acesso em: 13 de outubro de 2015.

Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6/2011**. Aprovado em 1 jun. 2011.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8180&Itemid=>>. Acesso em: 13 de outubro de 2015.

PORCIÚNCULA, Rafael Fúculo. **AS IDEIAS RACIAIS NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO: FICÇÃO E NÃO FICÇÃO**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/ri/2668/5/Dissertação__Rafael_Fúculo_Porciúncula.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

VASCONCELOS, Zinda Maria Carvalho de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço Editora, 1982.

RESUMEN: En Este trabajo fue investigado el problema de la denuncia de racismo en la obra literaria de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, considerando el discurso del Parecer MEC/CNE/CEB Nº 15/2010, aprobado en 01/09/2010, y su posterior rectificación, presentada en la forma del Parecer CNE/CEB Nº 06/2011, aprobado en 01/06/2011. Nuestro objetivo fue verificar los estereotipos racistas de la obra *Caçadas de Pedrinho*, que serían albos de la denuncia de Antônio Gomes da Costa Neto. A analice do discurso fue elaborada a partir de fragmentos de lo parecer y su posterior rectificación del “veto” de la obra. Para comprender las relaciones entre literatura e ideología, considerando la representación del negro en la obra de Monteiro Lobato *Caçadas de Pedrinho*, clásico da literatura infantil. Con el estudio, llegamos à conclusión que lo aparecimento de la denuncia de racismo, repercutida pelos veículos mediáticos, faz repercutir la obra de Monteiro Lobato como una representación del social comprometida con la realidad de la época en que la obra se inscribe en un tiempo otro.

PALABRAS CLAVE: Analice del discurso. Estereotipo Racial. Literatura. Monteiro Lobato.